



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Relatório

Curso de **FORMAÇÃO PARA JUÍZES MILITARES**

PREPARANDO JUÍZES MILITARES PARA UMA ATUAÇÃO
ÉTICA, TÉCNICA E COMPROMETIDA COM A JUSTIÇA.



Esta obra é disponibilizada nos termos de Licença Creative Commons
- Atribuição - Não Comercial - Compartilhamento pela mesma licença
4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta
obra, desde que citada a fonte.

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM)

Diretor

Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz

Vice-diretor

Gen Ex Guido Amin Naves

Secretária Executiva da ENAJUM

Isabella Fonseca Hilário Vaz

Coordenadora de Ações Educacionais (COAED)

Gelva Carolina Piatti de Oliveira Doi

Seção de Planejamento e Avaliações Pedagógicas (SEPLA)

Aline Viana de Sousa (Chefe)

Elaine da Conceição Silvestre del Peloso (Substituta)

Seção de Infraestrutura Educacional (SINED)

Jean Elisio (Chefe)

Cláudio Silva de Sant'Anna (Assistente III)

Projeto gráfico e diagramação

Felipe De Costa

Revisão textual

Lucyana Moraes

Ficha catalográfica

Wilza Rosa da Silva Lima - CRB1 - 1579

Ficha Catalográfica

Brasil. Superior Tribunal Militar. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União.

Curso de formação para juízes militares : preparando juízes militares para uma atuação ética, técnica e comprometida com a justiça / Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União – Brasília : ENAJUM, 2026.

24 p. : il. color.

Relatório do programa de atividade educativa da ENAJUM

Publicação no formato e-book / PDF.

Disponível em licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0.

1. Justiça militar – Brasil. 2. Juízes militares – Capacitação profissional – Brasil. 3. Magistrados – Formação continuada. 4. Ensino a distância. I. Título. II. Título: Relatório do programa de atividade educativa da ENAJUM.

CDU 344.3:347.962(81)

Composição do Superior Tribunal Militar

Ministra-Presidente

Dr^a Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Ministro Vice-Presidente e Corregedor da JMU

Ten Brig Ar Francisco Joseli Parente Camelo

Ministros

Dr. Artur Vidigal de Oliveira

Dr. José Barroso Filho

Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz

Ten Brig Ar Carlos Vuyk de Aquino

Alte Esq Leonardo Puntel

Alte Esq Celso Luiz Nazareth

Ten Brig Ar Carlos Augusto Amaral Oliveira

Alte Esq Cláudio Portugal de Viveiros

Gen Ex Lourival Carvalho Silva

Gen Ex Guido Amin Naves

Dr^a Verônica Abdalla Sterman

Gen Ex Anísio David de Oliveira Júnior

Gen Ex Flavio Marcus Lancia Barbosa



Palavras do Diretor

Em 2025, a ENAJUM lançou o inédito Curso de Formação para Juízes Militares. A iniciativa capacita os oficiais das Forças Armadas designados para atuar na primeira instância da Justiça Militar da União.

Desenvolvido no formato de ensino remoto com o uso de ferramentas Tecnológicas (EAD), a sugestão foi do Ministro Ten Brig Ar Francisco Joseli Parente Camelo, no decorrer de Seminário Jurídico na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

Sob a direção do Ministro Dr. Artur Vidigal de Oliveira, foram estabelecidas as bases institucionais, tratativas pedagógicas e parcerias estratégicas. A implementação prática e a aula inaugural da primeira turma do curso ocorreram logo na sequência, quando o Almirante de Esquadra Leonardo Puntel assumiu o protagonismo das atividades de formação continuada da escola.

Ainda em 2025, foram formadas cinco turmas com 785 inscritos. Registrou-se um índice de aproveitamento de 70,6%, resultando na formação de 554 Oficiais — um resultado considerado promissor. De acordo com dados do Censo da Educação Superior, o ensino superior brasileiro atingiu a marca histórica de 10 milhões de estudantes matriculados. O grande destaque desse cenário é a consolidação do Ensino a Distância (EaD), que hoje responde por mais de 5,1 milhões de alunos e supera, pela primeira vez, o contingente da modalidade presencial, demonstrando sua ampla aceitação no país. Nas páginas seguintes, apresentamos o Relatório do Programa de atividade educativa da ENAJUM.

Brasília - DF, julho de 2026.

Ministro Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz
Diretor da ENAJUM





A Justiça Militar da União

A Justiça Militar de Primeira Instância possui estrutura dual: exerce a jurisdição monocrática por meio da atuação dos Juizes Federais e a jurisdição colegiada por intermédio dos Conselhos Permanentes de Justiça e dos Conselhos Especiais de Justiça. Ambos os colegiados são formados por quatro Oficiais da ativa, sendo a presidência atribuída ao magistrado togado.

O Conselho Permanente destina-se a processar e julgar praças, enquanto o Conselho Especial possui competência para processar e julgar Oficiais até o posto de Coronel (Exército e Aeronáutica) ou Capitão de Mar e Guerra (Marinha).

O Conselho Permanente detém jurisdição por um trimestre. O Conselho Especial, sorteado para cada processo de Oficial, possui jurisdição no período do processo no primeiro grau. Os Oficiais que compõem os Conselhos são designados por sorteio dentre os Oficiais das Armas e dos Serviços que servem na Guarnição, nas respectivas Forças. Compete ao Juiz Federal da Justiça Militar julgar monocraticamente civis e militares em coautoria com civis.





Apresentação do Curso de Formação para Juízes Militares (CFORJUM)

A atuação dos juízes militares nos Conselhos de Justiça constitui um dos pilares do modelo jurisdicional da Justiça Militar da União. Ao lado do magistrado togado, os oficiais sorteados para compor os Conselhos exercem relevante função pública, participando da análise das provas, da apreciação das questões jurídicas e da construção das decisões que impactam diretamente a disciplina, a hierarquia e a preservação dos valores fundamentais das Forças Armadas.

O exercício dessa missão exige mais do que experiência profissional e conhecimento da realidade militar. Requer compreensão do funcionamento do sistema de Justiça Militar, domínio das atribuições inerentes à judicatura temporária e consciência da responsabilidade institucional que acompanha cada decisão. Nesse contexto, a capacitação dos juízes militares revela-se indispensável para assegurar uma atuação técnica, imparcial, ética e alinhada aos princípios constitucionais que regem a atividade jurisdicional.

Com essa finalidade, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM) desenvolveu o Curso de Formação para Juízes Militares (CFORJUM), uma iniciativa pioneira voltada à preparação dos oficiais sorteados para integrar os Conselhos de Justiça da primeira instância da Justiça Militar da União. O curso busca oferecer conhecimentos essenciais sobre o sistema de Justiça Militar, os fundamentos jurídicos indispensáveis ao exercício da função judicante e os procedimentos práticos envolvidos na instrução e no julgamento dos processos.





Mais do que transmitir conteúdos, o CFORJUM tem como propósito fortalecer a qualidade da prestação jurisdicional por meio do desenvolvimento de competências que permitam aos juízes militares exercer suas atribuições com segurança, responsabilidade e autonomia intelectual. A formação estimula a compreensão do papel institucional dos Conselhos de Justiça, o respeito às garantias processuais, a observância das normas legais e constitucionais e o compromisso permanente com a busca da verdade dos fatos e da justiça das decisões.

Ofertado na modalidade de educação a distância, o curso foi concebido para atender às especificidades da Justiça Militar da União, sem prejuízo da profundidade necessária à formação. Sua estrutura contempla módulos progressivos que conduzem o participante da compreensão dos fundamentos da Justiça Militar à análise de temas jurídicos essenciais e à aplicação prática dos conhecimentos no contexto das sessões de instrução e julgamento.

Ao investir na preparação dos juízes militares, a ENAJUM reafirma seu compromisso com o aperfeiçoamento contínuo da Justiça Militar da União, contribuindo para que os integrantes dos Conselhos de Justiça desempenhem sua missão com elevado senso de dever, equilíbrio, independência e fidelidade aos valores democráticos e ao Estado de Direito. O CFORJUM representa, assim, um importante instrumento de fortalecimento institucional, destinado a qualificar a atuação jurisdicional e a promover decisões cada vez mais justas, fundamentadas e legitimadas perante a sociedade.

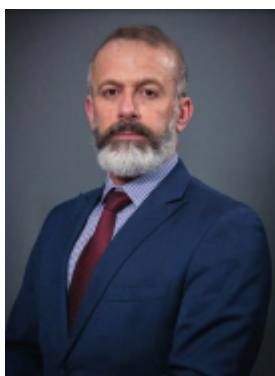




Corpo Docente

O Curso de Formação para Juízes Militares conta com um corpo docente altamente qualificado, composto por profissionais com ampla experiência na Justiça Militar da União e profundo conhecimento das especificidades do Direito Militar e da atividade jurisdicional castrense.

A coordenação científica do curso é exercida pelo Juiz Federal da Justiça Militar Dr. Jocleber Rocha Vasconcelos, com vasta experiência na magistratura. Integram ainda o corpo docente o Juiz Federal da Justiça Militar Dr. Sidnei Carlos Moura e o Analista Judiciário Dr. Aroldo Freitas Queirós, profissionais de reconhecida experiência na Justiça Militar da União, cuja trajetória acadêmica e atuação prática conferem elevada qualidade à formação oferecida. A expertise dos docentes nas áreas do Direito Militar, do Processo Penal Militar e da atividade jurisdicional assegura uma abordagem atualizada, consistente e alinhada às demandas do exercício da judicatura militar.



**Jocleber Rocha
Vasconcelos**
Coordenador



Sidnei Carlos Moura
Docente



**Aroldo Freitas
Queirós**
Docente





Finalidade do Curso

O Curso de Formação para Juízes Militares tem por objetivo capacitar os oficiais sorteados para integrar os Conselhos de Justiça, proporcionando-lhes os conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho das atribuições de judicatura temporária na Justiça Militar da União, em conformidade com os preceitos constitucionais e legais.

Ao concluir a formação, espera-se que o participante seja capaz de:

- Compreender o funcionamento do sistema de Justiça Militar e o papel dos diversos atores que o integram;
- Atuar de acordo com as normas jurídicas aplicáveis aos processos e julgamentos dos Conselhos de Justiça;
- Preparar-se adequadamente para as sessões de instrução e julgamento;
- Exercer suas atribuições com consciência de suas competências, responsabilidades e limitações;
- Julgar os fatos com base no direito e nas provas constantes dos autos.

Formação voltada à prática

A metodologia do CFORJUM privilegia a aplicação prática dos conteúdos, utilizando recursos didáticos modernos, videoaulas objetivas, exercícios de fixação, estudos de caso e atividades interativas desenvolvidas especialmente para o contexto da Justiça Militar. O curso valoriza a experiência profissional dos participantes e busca conectar os conteúdos jurídicos às situações efetivamente enfrentadas pelos Conselhos de Justiça.



ESTRUTURA DO CURSO

Curso de Formação para Juízes Militares

Compreensão > Análise > Aplicação Prática

 CARGA HORÁRIA
40 HORAS



**CURSOS 100%
A DISTÂNCIA**

Formação progressiva e integrada, desenvolvida para capacitar os juízes militares para o exercício ético, técnico e comprometido da função judicante.



MÓDULO INAUGURAL

APRESENTAÇÃO

Apresentação do curso, orientações de estudo e aula inaugural por Ministro Militar da Força correspondente.



MÓDULO I

O SISTEMA DE JUSTIÇA MILITAR

Apresenta a estrutura, o funcionamento e os fundamentos da Justiça Militar, permitindo ao cursista compreender seu papel institucional dentro do sistema de justiça.



MÓDULO II

DIREITO CONSTITUCIONAL, PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR

Aborda os conhecimentos jurídicos essenciais para a atuação nos Conselhos de Justiça, com enfoque nas normas indispensáveis ao exercício das atividades judicantes.



MÓDULO III

PRÁTICA JURÍDICA E APLICAÇÃO PROCESSUAL

Direcionado à aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, explorando situações reais e aspectos operacionais relacionados às sessões de instrução e julgamento.



Compromisso com a excelência da prestação jurisdicional

O CFORJUM representa um marco no fortalecimento da formação dos juízes militares da Justiça Militar da União. Ao proporcionar uma preparação estruturada, acessível e alinhada às necessidades da atividade jurisdicional, o curso contribui para o aperfeiçoamento contínuo dos Conselhos de Justiça e para a consolidação de uma prestação jurisdicional cada vez mais qualificada, transparente e comprometida com os princípios da justiça.

O que dizem os alunos



O QUE DIZEM OS ALUNOS DO CFORJUM
CURSO DE FORMAÇÃO PARA JUÍZES MILITARES

“ Os conhecimentos adquiridos possibilitaram um melhor visão dos procedimentos práticos. Isso permitiu segurança na tomada de decisão. **”**

“ O curso influenciou de forma positiva a percepção sobre as questões éticas relacionadas à atuação em Conselho de Justiça, ao reforçar a importância da imparcialidade, da independência funcional, da responsabilidade institucional e do respeito aos princípios constitucionais. **”**

“ O curso contribuiu de forma significativa para uma atuação mais imparcial e equitativa como Juiz Militar no Conselho de Justiça, ao reforçar os princípios da legalidade, da isonomia, do devido processo legal e da independência do julgador. **”**

“ O curso reforçou a importância do diálogo técnico, da postura colaborativa e do respeito às atribuições de cada integrante do colegiado, contribuindo para um ambiente de trabalho mais harmonioso, profissional e eficiente. **”**

“ Os conhecimentos jurídicos adquiridos, as situações apresentadas nos processos e as reflexões necessárias à solução de cada caso fortaleceram minha capacidade de análise, reforçaram a necessidade de uma postura ética nas funções a bordo e deram maior segurança na tomada de decisões e assessoramento. **”**



Dados das Turmas de 2025



Turma 1/2025

Participantes inscritos: 213

Certificados: 181

Especial: 49

Permanente: 154

Não informado: 10

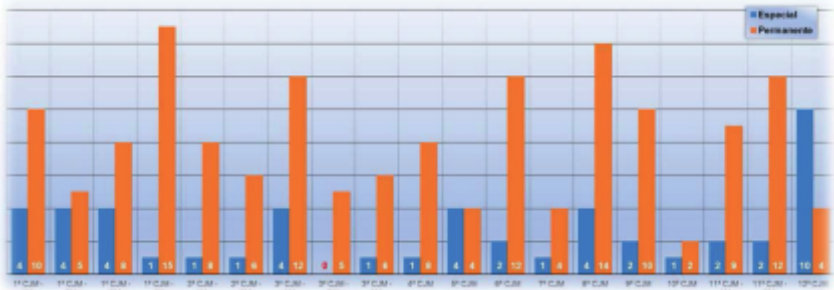


Figura 1 - Distribuição por Circunscrição Judiciária Militar



Turma 2/2025

Sorteados: 250

Participantes inscritos: 200

Certificados: 127

Especial: 27

Permanente: 157

Não informado: 16

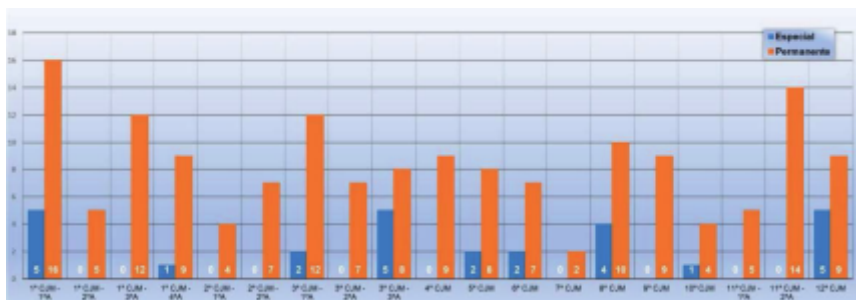


Figura 2 - Distribuição por Circunscrição Judiciária Militar

Turma 3/2025

Sorteados: 367

Participantes inscritos: 193

Certificados: 131

Especial: 31

Permanente: 142

Não informado: 20

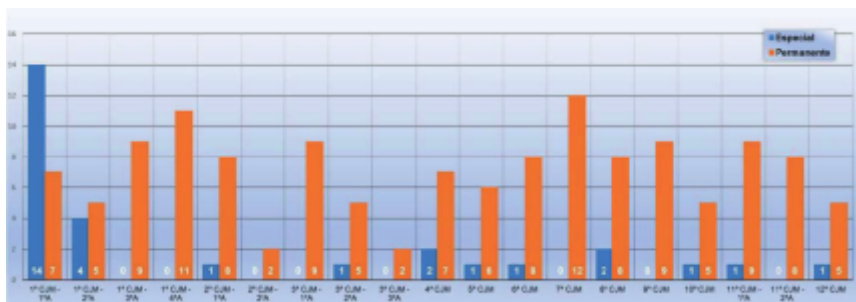


Figura 3 - Distribuição por Circunscrição Judiciária Militar





Turma 4/2025
Sorteados: 365
Participantes inscritos: 181
Certificados: 115

Especial: 26
Permanente: 128
PMSE: 09
Não informado: 27

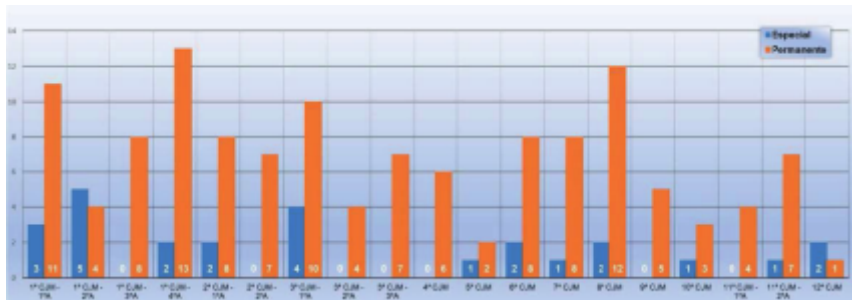


Figura 4 - Distribuição por Circunscrição Judiciária Militar



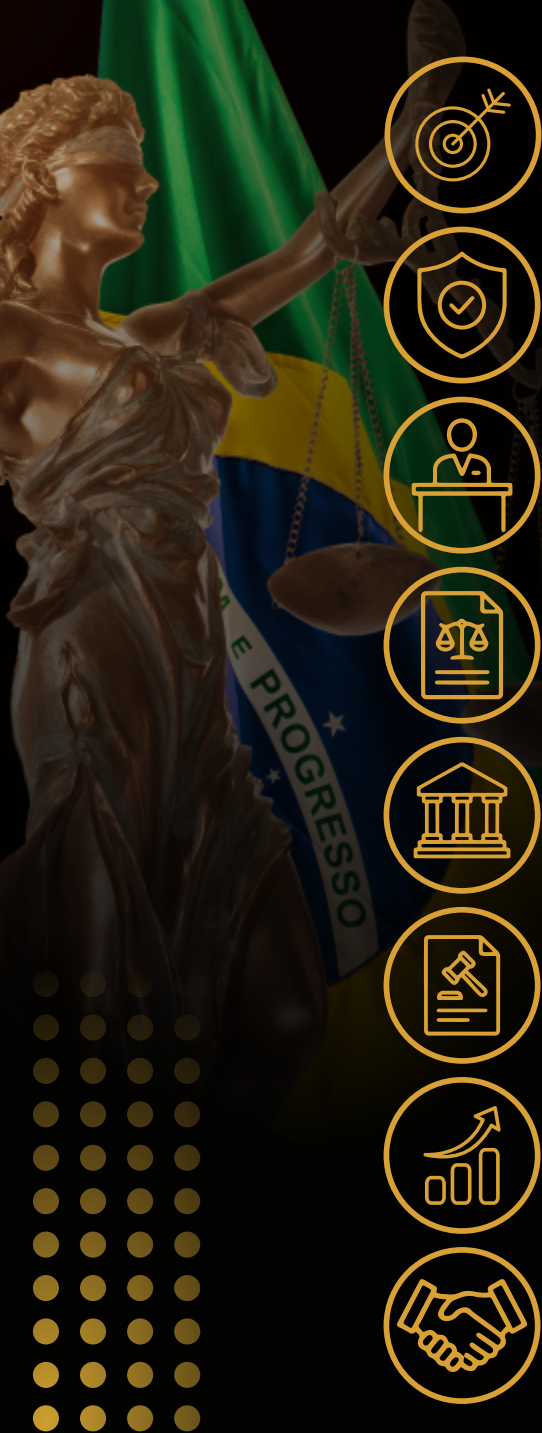


Avaliações de Reação das Turmas

As avaliações de reação do Curso de Formação para Juízes Militares (CFORJUM) evidenciam um elevado número de participantes, refletido tanto na expressiva adesão ao curso quanto no significativo índice de aproveitamento alcançado pelos cursistas. Os resultados demonstram ampla aceitação do modelo autoinstrucional adotado pela ENAJUM, aprovado por 98% dos respondentes, confirmando a adequação da metodologia às necessidades de capacitação dos juízes militares. Além disso, os participantes manifestaram satisfação com o processo de inscrição e com a usabilidade do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle), aspectos fundamentais para o sucesso da experiência educacional. Os dados também revelam um equilíbrio entre cursistas que já haviam exercido a função de Juiz Militar e aqueles que participaram da atividade sem experiência prévia, indicando que o curso tem se mostrado eficaz tanto para a formação inicial quanto para o aperfeiçoamento daqueles que já atuaram nos Conselhos de Justiça.

Os resultados das avaliações evidenciam a efetividade do CFORJUM: praticamente a totalidade dos participantes afirmou compreender como aplicar os conhecimentos adquiridos na atuação como Juiz Militar, demonstrando que o curso promove uma formação alinhada às demandas reais do exercício da função.





FORMAÇÃO **ALINHADA** ÀS
ATRIBUIÇÕES DO JUIZ
MILITAR.

MAIS **SEGURANÇA** PARA A
ATUAÇÃO JUDICANTE.

METODOLOGIA **ESTRUTURADA**
PARA OFICIAIS SEM
FORMAÇÃO JURÍDICA.

CONHECIMENTO JURÍDICO
VOLTADO À TOMADA DE
DECISÃO NO ESCABINATO.

CONTEÚDO APLICADO À
REALIDADE DOS CONSELHOS
DE JUSTIÇA.

COMPREENSÃO **PRÁTICA** DOS
RITOS E PROCEDIMENTOS DA
JUSTIÇA MILITAR.

ELEVADOS ÍNDICES DE
APROVAÇÃO E **SATISFAÇÃO**
DOS PARTICIPANTES.

PREPARAÇÃO SÓLIDA PARA O
EXERCÍCIO DA FUNÇÃO
JURISDICIONAL MILITAR.



Impactos na Prestação Jurisdicional

Os resultados da avaliação de impacto indicam que o Curso de Formação para Juízes Militares (CFORJUM) vem contribuindo para o fortalecimento de competências diretamente relacionadas ao exercício da função jurisdicional no âmbito dos Conselhos de Justiça. Foram identificados avanços relevantes na compreensão das etapas do processo penal militar, no entendimento das atribuições do Juiz Militar e na segurança para participação nas deliberações e votações.

Os relatos qualitativos evidenciam maior comprometimento dos Juízes Militares com o estudo prévio dos processos, melhor compreensão das questões fáticas submetidas a julgamento e incremento da capacidade de argumentação durante as sessões. Tais elementos contribuem para uma atuação mais qualificada no escabinato e para o fortalecimento da construção coletiva das decisões judiciais.

Observa-se, ainda, potencial impacto na qualidade da prestação jurisdicional, especialmente em razão da ampliação do conhecimento jurídico necessário ao desempenho da função. Esse aprimoramento favorece manifestações mais conscientes, fundamentadas e alinhadas aos princípios que regem a atividade jurisdicional militar.

Os participantes também relataram maior autonomia na formação do voto e fortalecimento da capacidade de fundamentar posicionamentos com base na legislação, na jurisprudência e nos elementos constantes dos autos. Os resultados sugerem uma transição de decisões baseadas predominantemente na experiência profissional para julgamentos mais orientados pelos princípios jurídicos, pelas garantias processuais e pela análise técnica das provas.





Outro impacto relevante refere-se ao fortalecimento da imparcialidade, da independência funcional e da responsabilidade institucional dos Juízes Militares, aspectos reconhecidos pelos participantes como essenciais para a legitimidade da atividade jurisdicional. A formação também contribuiu para qualificar a dinâmica deliberativa dos Conselhos de Justiça, favorecendo debates mais técnicos, comunicação mais efetiva entre os integrantes do colegiado e maior integração entre as perspectivas jurídica e militar no processo decisório.

O escabinato e o colegiado são dois fatores de força que distinguem a JMU dos demais ramos da justiça. Os depoimentos indicam que o CFORJUM reduz a assimetria de conhecimentos jurídicos em relação ao juiz togado e amplia a capacidade dos Juízes Militares de contribuir efetivamente para a formação da decisão colegiada, produzindo impactos institucionais positivos sobre o funcionamento dos Conselhos de Justiça.

Em conjunto, os resultados sugerem que o CFORJUM representa importante instrumento de profissionalização da atuação dos Juízes Militares, contribuindo para o aprimoramento contínuo da Justiça Militar da União, para o fortalecimento da segurança jurídica e para a prolação de decisões mais fundamentadas, imparciais e juridicamente consistentes.



Formação que fortalece a prestação jurisdicional



1. Qualificação da participação

Maior compreensão do rito processual e do papel institucional no escabinato, promovendo atuações mais consistentes e eficazes nos Conselhos de Justiça.



2. Melhoria da qualidade deliberativa

Maior segurança para manifestações, debates e formação do conhecimento, resultando em deliberações mais qualificadas e sólidas.



3. Maior consistência na apreciação dos fatos e das provas

Análise mais criteriosa e fundamentada dos elementos de prova, com decisões mais fundamentadas e alinhadas aos parâmetros jurídicos aplicáveis.



4. Fortalecimento da cultura de preparação prévia para as sessões

Estímulo ao estudo e à preparação antes das sessões, com potencial impacto positivo sobre a eficiência e a qualidade dos julgamentos.



5. Redução da assimetria de conhecimentos jurídicos

Diminuição das diferenças de formação entre os integrantes dos Conselhos de Justiça, contribuindo para uma atuação mais consistente e tecnicamente orientada dos Juízes Militares, fortalecendo ainda mais o instituto do escabinato.



MAIS PREPARO



DECISÕES MAIS JUSTAS



MAIS SEGURANÇA



JUSTIÇA MILITAR
MAIS FORTE



enajum.jus.br



[@enajumjmu](https://twitter.com/enajumjmu)



youtube.com/@ENAJUM-JMU



JMU JUSTIÇA
MILITAR
DA UNIÃO

ENAJUM
ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO
DE MAGISTRADOS DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO